

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE - SC

Leilão: 29/MARÇO/2019 - 13h30min - A quem mais ofertar, desde que não inferior a 50% da avaliação.

Local: Rua Do Príncipe, 31, (Átrio do 2º Andar do Fórum Trabalhista), Centro, Joinville/SC.

SANDRO LUIS DE SOUZA, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCESC sob nº. AARC/220, devidamente autorizado pelo **Exmo. Sr. Dr. CÉSAR NADAL SOUZA**, Juiz do Trabalho da 1ª Vara Trabalhista de Joinville/SC, venderá em público **LEILÃO**, conforme preceitua o art. 888, § 1º, da CLT, em dia, hora e local acima citado, os bens penhorados a seguir relacionados:

01 – Processo: RT 06488-2008-004-12-00-4

Autor: Rony da Silva

Réu: Felipe Keller

Bens: 01) Motocicleta Dafra TVS Apache 150, ano 2010, cor preta, em razoável estado de conservação, placa MHT 1046, não estando apta a funcionar, sem documento ou outros dados para identificação, **avaliado em:** R\$ 5.000,00 em 16/07/2018. **Depositário:** Michele Daiani de Espíndola. **Vistoria:** Rua Cidade de Jaciara, 46, Joinville/SC.

02 – Processo: RTOrd 0001609-02.2010.5.12.0004

Autor: Nilza Pereira

Réu: Emerson Ilheo

Bens: 01) Veículo MMC/L200 Sport 4x4 HPE, tipo caminhonete, placas MCE 3633, RENAVAM 827331452, fabricação/modelo 2004/2004, diesel, cor verde, câmbio manual, hodômetro marcando 423.241 Km, em bom estado de conservação e funcionamento, **avaliado em:** R\$ 37.000,00 em 29/10/2018. **Depositário:** Emerson Ilheo. **Vistoria:** Rua Rio de Janeiro, 1.382, Enseada, São Francisco do Sul/SC, OU Rua Anita Garibaldi, 1190, Joinville/SC. **OBS:** Alienação Fiduciária em favor de BV Financeira S/A.

03 – Processo Judicial Eletrônico: RTOrd 0000281-90.2017.5.12.0004

Autor: Tânia Maria Radke

Réu: Robson Staloch

Bens: 01) Aparelho elíptico Moviment Perform, sem identificação de modelo e número de série, em bom estado de conservação e funcionamento, **avaliado em:** R\$ 1.500,00 em 01/08/2018; **02)** Aparelho elíptico Moviment Perform, sem identificação de modelo e número de série, em bom estado de conservação e funcionamento, **avaliado em:** R\$ 1.500,00 em 01/08/2018. **Total da avaliação** R\$ 3.000,00. **Depositário:** Robson Staloch. **Vistoria:** Rua Adolfo da Veiga, 1.111, Itinga, Joinville/SC.

04 – Processo Judicial Eletrônico: RTOrd 0001752-44.2017.5.12.0004

Autor: Cristian Eduardo Silva da Fontoura

Réu: J.K. Pneus Eirelli

Bens: 01) Pneu 23.5R 25 Triangle TB 516 2* L3T1, marca Triangle, usado, **avaliado em:** R\$ 6.000,00 em 08/02/2018; **02)** 02 pneus 12.4 42 Traction Field & Road TL R-1 10L, marca Firestone, novos, **avaliado em:** R\$ 1.500,00 cada, totalizando R\$ 3.000,00 em 08/02/2018; **03)** 05 pneus 12.4/11 36 CH GG 06, marca Firestone, novos, **avaliado em:** R\$ 1.100,00 cada, totalizando R\$ 5.500,00 em 08/02/2018; **04)** Pneu 12.4/11 38 CH GG 06, marca Firestone, novo, **avaliado em:** R\$ 1.300,00 em 08/02/2018; **05)** Pneu 13.00 24 Compactador-C1 08, marca Firestone, novo, **avaliado em:** R\$ 2.400,00 em 08/02/2018; **06)** 02 pneus 20.8 38 Super AT 23 R-1 12L, marca Firestone, novos, **avaliado em:** R\$ 5.000,00 cada, totalizando R\$ 10.000,00 em 08/02/2018. **Total da avaliação** R\$ 28.200,00. **Depositário:** Siegfried Schulze Júnior. **Vistoria:** Rua Mário Tim, 473, Costa e Silva, Joinville/SC.



ADVERTENCIAS: O(s) bem(ns) será(ão) arrematado(s) à vista ou mediante sinal de 20% (vinte por cento) no ato da arrematação, (art. 888, § 2º da CLT), e o saldo em até 24 (vinte e quatro) horas, (art. 888 § 4º da CLT). Na ocasião do leilão, o(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) pela melhor oferta, (art. 888, § 1º da CLT), desde que não seja caracterizado preço vil, (art. 891 § único do NCPC). De acordo com Resolução 203 de 15/03/2016 do TST (Tribunal Superior do Trabalho) que edita a Instrução Normativa 39/2016, o interessado em adquirir o bem penhorado em prestações, poderá apresentar, por escrito, em conformidade com o artigo 895 do NCPC: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil. § 1º A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. § 2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. § 6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. § 7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. § 8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I - em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II - em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar. § 9º No caso de arrematação a prazo, os pagamentos feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado. Os honorários de Leiloeiro serão pagos à vista, na razão de 5% (cinco por cento) e correrá por conta do comprador em caso de arrematação. Havendo adjudicação os honorários do Leiloeiro serão de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação a ser quitada pelo exequente. No caso de pagamento da execução, formalização de acordo, ou se o leilão for designado unicamente para satisfação de despesas processuais, o executado arcará com os honorários/despesas do Leiloeiro, a serem fixadas pelo Juízo. Incide taxa de armazenagem sobre o(s) bem(ns) removido(s) ao depósito do Leiloeiro, que será quitada pelo comprador no ato do arremate. Eventuais ônus existentes sobre os bens levados a leilão deverão ser verificados pelos interessados junto aos órgãos competentes. É de inteira responsabilidade do adquirente o pagamento de despesas de transferência de veículos, bem como de eventuais débitos em aberto junto ao DETRAN; da mesma forma, fica responsável pela quitação de valores existentes relativos à alienação fiduciária e, no caso de imóveis, pelo pagamento do ITBI e demais despesas de transcrição, além de taxas em atraso, tais como condomínio (inclusive chamadas de capital), marinha (SPU), energia elétrica, água, etc. Restando negativo o Leilão, o(s) bem(ns) será(ão) oferecido(s) em venda direta pelo prazo fixado pelo magistrado, ficando desde já intimadas as partes, (art. 888, § 3º da CLT e art. 73, do Provimento CR nº 04/2005, do TRT/12ª Região). Caso os executados, seus cônjuges se casados forem, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, que não seja de qualquer modo parte na execução, o coproprietário de bem indivisível do qual tenha sido penhorada fração ideal, o titular de usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, o proprietário do terreno submetido ao regime de direito de superfície, o promitente comprador, quando a penhora recair sobre bem em relação ao qual haja promessa de compra e venda registrada, o promitente vendedor, quando a penhora recair sobre direito aquisitivo derivado de promessa de compra e venda registrada, a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado, que não sejam encontrados ou cientificados por qualquer razão, quando da expedição da respectiva notificação, valerá o presente como **Edital de Notificação de Praça/Leilão**, segundo estabelecem o (artigo 889 §

SANDRO LUIS DE SOUZA – Leiloeiro Oficial – matrícula JUCESC AARC/220
Santa Catarina Leilões – Caixa Postal 2 – CEP 89110-970 – Gaspar/SC
Site www.santacatarinaleiloes.com.br e-mail sandro@santacatarinaleiloes.com.br



47. 3436-5050 / 47.3028.5050



SANTA CATARINA LEILÕES

Único do NCPC) e (art. 889, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII do NCPC), para todos os atos aqui mencionados, caso encontrem-se em lugar incerto e não sabido ou não venham a ser localizadas pelo Senhor Oficial de Justiça, suprimindo, assim, a exigência contida no **(art. 889 § único do NCPC)**. Maiores informações com o Leiloeiro Oficial Nomeado: **SANDRO LUIS DE SOUZA**, matrícula JUCESC AARC/220, telefones: 47.3436.5050 / 47.3028.5050, site www.santacatarinaleiloes.com.br, e-mail sandro@sceleiloes.com.br. **Exmo. Sr. Dr. CÉSAR NADAL SOUZA**, Juiz do Trabalho da 1ª Vara Trabalhista de Joinville/SC.

SANDRO LUIS DE SOUZA
Leiloeiro Oficial

MM. Juiz do Trabalho

SANDRO LUIS DE SOUZA – Leiloeiro Oficial – matrícula JUCESC AARC/220
Santa Catarina Leilões – Caixa Postal 2 – CEP 89110-970 – Gaspar/SC
Site www.santacatarinaleiloes.com.br e-mail sandro@santacatarinaleiloes.com.br



47. 3436-5050 / 47.3028.5050

O Leiloeiro Oficial tem Fé Pública nos atos que praticar.